



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4381534/2017-SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.005888/2016-06

## 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Espargidor de Agente Pimenta com coldre, nas formas de Spray e Gel direcionado, para utilização pelo efetivo da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CAT. MAT.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de <b>spray</b> para uso individual (50 a 75 gramas) com coldre	304741	grama	423.400	635.100	1.100.840,00
2	Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de <b>spray</b> para uso coletivo (350 a 450 gramas) com coldre	276414	grama	112.000	144.000	102.240,00
3	Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de <b>gel</b> para uso individual (50 a 75 gramas) com coldre		grama	190.600	285.900	495.560,00

1.2 Não foi prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 2014, visto que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de

cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, como previsto no art. 49, II, da referida Lei Complementar c/c art. 10, I, do Decreto nº 8.538, de 2015.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1 Razão da necessidade da aquisição**

2.1.1 Armamentos de menor letalidade permitem ao policial fazer uma gradação da força necessária, dispondo assim de alternativas menos contundentes em relação à arma de fogo, cuja utilização está autorizada quando estritamente necessário, preservando vidas e minimizando a probabilidade de danos mais graves à integridade física das pessoas envolvidas na ocorrência.

2.1.2 Conforme a Lei Nº 13.060/2014, os órgãos de segurança pública deverão priorizar a utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo, desde que o seu uso não coloque em risco a integridade física ou psíquica dos policiais.

2.1.3. Consideram-se instrumentos de menor potencial ofensivo, para efeitos da mencionada lei, aqueles projetados para conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes. Neste contexto, o objeto da presente aquisição molda-se à dicção do artigo 4º desta norma.

2.1.4. Segundo o artigo 5º, da lei nº 13.060/2014, o poder público tem o dever de fornecer a todo agente de segurança pública instrumentos de menor potencial ofensivo para o uso racional da força.

2.1.5. Ressalta-se ainda que as diretrizes estabelecidas pela Portaria Interministerial Nº 4.226/2010, a qual recomenda que todo agente de segurança pública, em razão da sua função, que possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo 02 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo. Segundo parecer técnico da Academia Nacional de Polícia, o espargidor de agente pimenta é o primeiro armamento menos letal a ser utilizado pelo policial federal na escala de uso proporcional da força;

2.1.6. A opção pelo espargidor pimenta tipo gel se deve às suas características técnicas: pode ser utilizado em ambientes abertos ou fechados; a pontualidade dos efeitos no alvo sem contaminar o ambiente, terceiros ou o próprio utilizador e a dificuldade em ser retirado, incapacitando com maior eficiência o indivíduo, devendo ser utilizado pelos policiais federais que atuam em ambientes confinados assim como os grupos especiais e o efetivo encarregado da segurança aeroportuária.

2.1.7 A escolha pelos espargidores tipo spray tanto na versão individual quanto na de uso coletivo, se justifica para o uso em multidões, visto que é muito mais eficiente por atingir vários indivíduos com um só acionamento, principalmente aqueles mais avantajados, de maior tamanho e alcance. Além disso, este equipamento vem sendo utilizado pela maioria dos órgãos de segurança e seu valor é consideravelmente menor que os demais tipos, tanto na forma gel quanto espuma. Por essas razões o spray é indicado para todos os policiais federais no uso de suas atribuições e que não se enquadram nos grupos específicos citados no item 2.1.6.

### **2.2 Quantitativo demandado**

2.2.1 Conforme justificativa e considerando a necessidade de todo policial no uso de suas atribuições portar o equipamento especificado, foi estimado o quantitativo para atender o efetivo total da Polícia Federal no montante de 11.724 unidades;

2.2.2 De acordo com parecer da área técnica, o quantitativo que opera em ambientes confinados, grupos especiais e na segurança aeroportuária está na proporção de 30% do efetivo total, no

montante de 3.812 (três mil e oitocentas e doze) unidades para o item 03 e consequentemente 8.468 (oito mil quatrocentas e sessenta e oito) unidades para o item 01;

2.2.3 No tocante ao item 02, o quantitativo a ser utilizado pelas unidades especializadas em suas atividades de treinamento, segundo estudo da área técnica, será na proporção de 04 (quatro) unidades por policial durante o período de validade do produto. Atualmente, o efetivo da unidade conta com 80 policiais, havendo necessidade de aquisição de 320 unidades do item 02 e dos demais itens especificados para esse fim.

### **3 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

#### **3.1 ITEM 01: Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de spray para uso individual (50 a 75 gramas) com coldre:**

- Princípio ativo: *Oleoresin Capsicum* (OC);
- Material do invólucro em Alumínio e Formato Cilíndrico;
- Peso líquido: serão aceitas embalagens com peso dentro da margem de 50g a 75g;
- Distância de Alcance Efetivo Mínimo: 1,5 m;
- Acionamento: Manual, por pressão do atuador;
- Atuador que previna acionamentos acidentais;
- Produto não Inflamável que não comprometa a saúde humana e o meio ambiente comprovadamente através de laudo emitido por centro de avaliação competente e independente;

#### **3.2 ITEM 02: Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de spray para uso coletivo (350 a 450 gramas) com coldre:**

- Princípio ativo: *Oleoresin Capsicum* (OC);
- Material do invólucro em Alumínio e Formato Cilíndrico;
- Peso líquido: serão aceitas embalagens com peso dentro da margem de 350g a 450g;
- Distância de Alcance Efetivo Mínimo: 5 m;
- Acionamento: Manual, por pressão do atuador;
- Atuador que previna acionamentos acidentais;
- Produto não Inflamável que não comprometa a saúde humana e o meio ambiente comprovadamente através de laudo emitido por centro de avaliação competente e independente;

#### **3.3 ITEM 03: Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de gel para uso individual (50 a 75 gramas) com coldre:**

- Princípio ativo: *Capsaicina Natural* (OC) sob a forma de GEL;
- Material do invólucro: Alumínio e Formato Cilíndrico;

- Peso líquido: serão aceitas embalagens com peso dentro da margem de 50g a 75g;
- Distância de Alcance Efetivo Mínimo: 1,5 m;
- Acionamento: Manual, por pressão do atuador;
- Atuador que previna acionamentos acidentais;
- O produto deverá permitir o emprego em ambientes fechados, a curta distância e de forma direcionada minimizando o risco de contaminação de terceiros e do ambiente;
- Produto não Inflamável que não comprometa a saúde humana e o meio ambiente comprovadamente através de laudo emitido por centro de avaliação competente e independente

3.4 Por se tratar de produto controlado pelo Exército Brasileiro será exigida das empresas participantes a homologação do produto junto àquele órgão com toda a documentação atinente a este fato em plena validade, bem como toda a documentação necessária à habilitação da empresa para fabricação e comercialização dos espargidores;

3.5 Cada espargidor deverá vir acompanhado de um coldre em couro (natural ou sintético) ou neoprene com tampa (continuação do tecido do corpo) na cor preta e com passador para fixação no cinto operacional (deve ser possível fixá-lo em cintos de até 60mm de espessura) com resistência compatível com a atividade policial e que comporte o espargidor aqui especificado;

3.6 O fabricante deverá fornecer juntamente com cada espargidor manual e/ou panfleto informativo com dados técnicos do produto, condições de uso, estocagem, descarte e de descontaminação, objetivando prover informações adequadas ao usuário e à Instituição;

3.7 O fabricante deverá atender, no que for cabível, os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e se responsabilizará pelo recolhimento (logística reversa), sem ônus para a Administração Pública, dos produtos utilizados e/ou vencidos, visando garantir o correto descarte do produto de acordo com os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## 4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 A contratação deverá ser levada a efeito por meio de Pregão Eletrônico, com amparo na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, e no Decreto nº 5.450/2005, haja vista que se trata de bem comum, ou seja, “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da lei 10.520, de 2002.

## 5 CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

5.1 A estimativa dos valores da compra dos bens objetos deste Termo de Referência está fundamentada em conformidade com os critérios de pesquisa estabelecidos no artigo 2º, da Instrução Normativa No. 5, de 27 de julho de 2014, alterada pela Instrução Normativa No. 7, de 29 de agosto de 2014, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.2 O custo total (máximo) estimado da presente contratação é de **R\$ 1.698.640,00 (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil, seiscentos e quarenta reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTDE (unidade)	Valor Unitário (Preço por grama)	Valor Total
------	-------------------------	-------------------	-------------------------------------	-------------

1	Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de <b>spray</b> para uso individual (50 a 75 gramas) com coldre	8.468	R\$ 1,97	<b>R\$ 1.100.840,00</b>
2	Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de <b>spray</b> para uso coletivo (350 a 450 gramas) com coldre	320	R\$ 0,71	<b>R\$ 102.240,00</b>
3	Espargidor de Agente Pimenta sob a forma de <b>gel</b> para uso individual (50 a 75 gramas) com coldre	3.812	R\$ 2,00	<b>R\$ 495.560,00</b>
<b>Valor Total</b>				<b>R\$ 1.698.640,00</b>

## 6 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1 Antes de homologada a vencedora, a empresa que estiver em primeiro lugar no processo licitatório deverá fornecer:

6.1.1 Título de Registro ou Certificado de Registro (conforme o caso) dentro da validade referente à empresa licitante além do documento de apostilamento emitidos pelo Exército Brasileiro referentes aos produtos ofertados;

6.1.2 Relatório de Avaliação Técnica (RAT) e Relatório Técnico Experimental do Produto (ReTEx) expedidos pelo Centro de Avaliações do Exército Brasileiro;

6.1.3 Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu material compatível com o objeto desta licitação, em consonância com as especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência;

6.1.4 Laudo emitido por centro de avaliação competente e independente, comprovando a não inflamabilidade do produto;

6.2 Na fase de aceitação das propostas, a empresa que estiver em primeiro lugar no processo licitatório deverá fornecer 02 (duas) unidades de cada espargidor especificado, não contando estes como parte da compra, para fins de confirmação da compatibilidade do produto com as especificações, mesmo que isso cause a inutilização dos mesmos;

6.3 As amostras e demais documentos exigidos deverão ser entregues à equipe da *Divisão de Planejamento e Controle do Departamento de Polícia Federal - DPC/CPLAM/DLOG/DPF*, no endereço do Edifício Sede da Polícia Federal, situado à SAS Quadra 06, Lotes 09/10 - Brasília-DF, CEP: 70037-900, fone: (61) 2024-8510, em dia de expediente, no horário compreendido entre 09:00 e 17:00 horas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação pelo pregoeiro;

6.4 As amostras apresentadas para efeito de análise deverão estar devidamente identificadas com o nome da empresa, número do processo, do pregão eletrônico e do item, acompanhadas dos prospectos com as respectivas especificações técnicas. Os prospectos não substituem os produtos, e, em caso de divergência entre os produtos e os respectivos prospectos, valerão para fins de análise, os primeiros.

6.5 A licitante que não encaminhar as amostras no prazo estabelecido, ou ainda não atender às especificações previstas neste Termo de Referência, será automaticamente desclassificada, sendo convocada a proposta subsequente;

6.6 A análise das amostras será realizada pela equipe da DPC/CPLAM/DLOG/DPF com apoio dos setores operacionais do Órgão, que emitirão parecer aprovando ou não, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

6.7 O órgão licitante poderá realizar diligências que julgar necessárias caso haja qualquer dúvida sobre a procedência e a qualidade dos materiais.

## **7 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União;

7.2 Antes da entrega poderão ser retirados aleatoriamente dos lotes a serem distribuídos: até 10 (dez) unidades do item 01, 02 (duas) unidades do item 02 e 05 (cinco) unidades do item 03, que deverão ser repostas às custas da Contratada, para realização de testes de conformidade, quais sejam:

7.2.1 Teste de confirmação da presença do princípio ativo no produto;

7.2.2 Teste de determinação do conteúdo efetivo de produto na embalagem, compatível com o peso líquido indicado;

7.2.3 Teste de confirmação da não inflamabilidade do produto;

7.3 Os testes serão realizados em laboratório independente certificado pelo INMETRO a ser indicado pela Polícia Federal, às custas da contratada, e os resultados serão divulgados em até 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogados justificadamente;

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5 Em razão da necessidade de autorização de fornecimento emitida pelo Exército Brasileiro, este prazo poderá ser prorrogado, desde que justificado pela contratada e aceito pela Administração;

7.6 O local de entrega será no endereço das Unidades Gestoras da Polícia Federal em todas as capitais dos Estados brasileiros, conforme QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO – ANEXO I, deste Termo de Referência, sob total responsabilidade da Contratada;

7.7 Cada Unidade Gestora da Polícia Federal designará Comissão, formada por no mínimo 03 (três) servidores, que irá receber e verificar o material a ser entregue pela Contratada e emitirá relatório aprovando com ou sem ressalvas ou ainda reprovando a entrega. Esse relatório será analisado pelo fiscal do contrato que poderá solicitar novos testes de conformidade (itens 7.2 e 7.3) em caso de necessidade;

7.8 Os materiais deverão ser entregues lacrados, em sua embalagem original, contendo marca, fabricante e procedência;

7.9 O recebimento será feito pelos servidores da Polícia Federal:

7.9.1 Provisoriamente, em até 10 (dez) dias corridos, pela Comissão indicada no item 7.7, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações;

7.9.2 Definitivamente, em até 20 (vinte) dias corridos a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos. A aceitação somente será efetivada após terem sido examinados e julgados em perfeitas condições e aprovados pelo fiscal designado;

7.9.3 Os prazos poderão ser prorrogados, a critério da Administração, desde que justificados.

7.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **8 DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10 DA GARANTIA**

10.1 Todos os materiais constantes no item “1.1” deste Termo de Referência deverão ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto por 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria-prima dos componentes, desde que seguidas às recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento dos espargidores, de forma definitiva.

10.1.2 O Contratado deverá repor o item defeituoso no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

10.1.3 A data de fabricação não poderá ser superior a 90 (noventa) dias da data de entrega.

## **11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Além das obrigações constantes deste Termo de Referência, e das legalmente impostas, a contratada obrigará-se a:

11.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelos itens fornecidos, procedendo à substituição imediata dos itens defeituosos ou danificados;

11.1.2. Fornecer os itens cotados de acordo com as especificações constantes deste instrumento e nos locais indicados no item 7.6;

11.1.3 Fornecer os itens dentro dos prazos estabelecidos no contrato;

11.1.4 Fornecer materiais novos e que atendam ao uso a que se destinam de forma confiável e oferecendo segurança aos usuários, equipamentos e ao meio-ambiente;

11.1.5 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Departamento de Polícia Federal, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

11.1.6 Responder por todos os ônus referentes à entrega dos itens cotados, tais como fretes, encargos sociais e legais, impostos, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados;

11.1.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato às reclamações.

11.1.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.9 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1 Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

12.2 Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas;

12.3 Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.4 Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

12.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

12.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **13 DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

13.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666 de 1993, podendo ser prorrogado desde que ocorra alguns dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo dos prazos necessários para a cobertura da garantia e demais obrigações acessórias e remanescentes do contrato;

13.1.1 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até o dia 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.

## **14 CONTROLE DA EXECUÇÃO**

14.1 Serão nomeados, pelo Exmº Diretor de Logística e Administração da Polícia Federal ou pessoa outorgada para tanto, um fiscal de contrato e seu respectivo substituto com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, observando o constante nos § 1º e § 2º dos Art. 67 da Lei 8.666/93.

14.2 A Fiscalização do contratante não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em co-responsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

14.3 A contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a fatura e/ou nota fiscal se, no ato da apresentação, os materiais objeto deste Termo de Referência não estiverem de acordo com a descrição apresentada.



14.4 Os dados do fiscal do contrato e seu substituto, como os endereços de seus respectivos locais de trabalho, telefones e e-mails, serão informados de modo que a empresa deverá tratar com essas pessoas sobre todos os atos para a boa execução do contrato, inclusive seu pagamento;

14.5 Os documentos de despesa deverão ser entregue ao fiscal do contrato, ou seu substituto, que irá atestá-los quando comprovada a fiel e correta entrega dos materiais e os encaminhará para a unidade competente para o pagamento.

## **15 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.1.6. Não mantiver a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

15.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16 ANEXOS**

ANEXO I - Quadro de Distribuição

ANEXO II - Relatório do Grupo de Trabalho e Portaria nº 4226/2010

ANEXO III - Informações Técnicas

ANEXO IV - Justificativa técnica Poly Defensor

ANEXO V - Ofício Exército - Fornecedores autorizados

ANEXO VI - Mapa Comparativo de Preços

ANEXO VII - Propostas de Fornecedores

ANEXO VIII - ARP 13/2017 - Comando do Exército

ANEXO IX - Emails de solicitação de cotação

Brasília, 19 de outubro de 2017

**RENATO ROSENBLUTH**

Agente de Polícia Federal

SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG

**SILVANE MENDES GOUVEA**

Delegada de Polícia Federal

Chefe da DPC/CGPLAM/DLOG - em exercício

De acordo.

**JUNER CALDEIRA BARBOSA**

Delegado de Polícia Federal

Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização - em exercício

Aprovo o presente Termo de Referência.

**ROBERVAL RE VICALVI**

Delegado de Polícia Federal

Diretor de Administração e Logística Policial - em exercício



Documento assinado eletronicamente por **RENATO ROSENBLUTH, Agente de Polícia Federal**, em 20/10/2017, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVANE MENDES GOUVEA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 20/10/2017, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JUNER CALDEIRA BARBOSA, Coordenador-Geral - Substituto(a)**, em 20/10/2017, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERVAL RE VICALVI, Ordenador de Despesa**, em 20/10/2017, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 1234842



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4381534** e o código CRC **6E8B18E1**.